

À espera de soluções

ENTREVISTA / PEDRO BORIO

CORREIO BRAZILIENSE — Esta semana o senhor se reuniu com o Conselho de Cultura pela primeira vez para tomar parte das reivindicações dos representantes de cada área. Quais são os maiores desafios da secretaria de Cultura?

PEDRO HENRIQUE BORIO — O desafio para todas as secretarias é a escassez. Você cronicamente tem poucos recursos, então em primeiro lugar tem que procurar formas alternativas de financiamento. A primeira medida é começar a trabalhar com planejamento muito mais agressivo em termos de programa plurianual para podermos ter sustentabilidade daquelas receitas que sejam possíveis além dos repasses orçamentários.

CORREIO — Além da questão orçamentária, há outros pontos nos quais o senhor identifica problemas cuja resolução é urgente?

BORIO — Posso citar coisas que não são críticas e são quase óbvias como não ter pudor de vender os produtos da secretaria. Tenho aqui livros sobre a cidade, mas se você vai à Praça dos Três Poderes não encontra nenhum desses produtos à venda. Se você considerar que, no ano passado, os três espaços que temos na Praça dos Três Poderes foram visitados por cerca de 900 mil pessoas, fica bastante evidente que pelo 10 a 20% dessas pessoas poderiam ter comprado alguma coisa. Vamos ter uma política muito mais agressiva de captação e venda dos nossos produtos.

CORREIO — O senhor tem metas de orçamento?

BORIO — Minha primeira meta de orçamento é gastar muito bem e sobretudo trabalhar com a secretaria de Fazenda e com o restante do governo para primeiro procurar ter regularidade orçamentária. O secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, é o autor do projeto que levou à lei do FAC. Se

nós percebermos que falta dinamismo pelo fato de não termos uma lei de incentivo, quem sabe possamos fazer algo que tenha salvaguardas e gatilhos, mesmo com patamares de renúncia fiscal menores.

CORREIO — O senhor já tem propostas para o Pólo de Cinema?

BORIO — Essa é uma área de 400 hectares, completamente livre de qualquer empecilho. Se houver empresas que querem se instalar no Pólo de Cinema, como produtoras de som, vídeo, isso contribuiria para uma diminuição dos custos de manutenção.

CORREIO — E a Rádio Cultura?

BORIO — Ponderei com Paulo Fona (*secretário de Comunicação*) que poderíamos no mínimo conversar sobre a grade de programação. A rádio não está na secretaria de Cultura, mas será bem-vinda se o Paulo assim concordar. Do contrário, pelo menos, eu gostaria de recuperar espaços importantes para a secretaria dentro da grade de programação.

CORREIO — Que avaliação o senhor faz da secretaria que recebeu e da secretaria

que quer

criar?
BORIO — A melhor avaliação é sem dúvida do ponto de vista humano. Fiz um esforço muito grande para ver muita gente. Percorri o Teatro Nacional, fui a dez dos nossos espaços sozinho para ver as carências e o impacto da impressão. A

avaliação que faço em termos de gestão é um grande desafio. E não é uma crítica. Recebo a secretaria organizada, mas o sucesso traz o paradoxo do desafio maior: agora é hora de dar o salto. Esse salto é o começo da construção da Biblioteca Nacional e da licitação do Museu Nacional (*ambos integrantes do projeto do Setor Cultural da República*).



PORÃO DO ROCK FOI UM DOS PROJETOS CULTURAIS DE BRASÍLIA APOIADOS PELO FUNDO DE ARTE E CULTURA: FAC É CRITICADO POR ATRASO NO PAGAMENTO

Nahima Maciel
Da equipe do Correio

A lista de desafios para a cultura no Distrito Federal é imensa. Problemas, há de sobra: Museu de Arte de Brasília não decolou; a Rádio Cultura mudou de perfil e perdeu ouvintes; o aluguel da Sala Villa-Lobos incomoda produtores e o Pólo de Cinema tem problemas estruturais. Nos últimos dias, o novo secretário de Cultura, Pedro Borio, reuniu-se com o Conselho de Cultura e artistas da cidade para ouvir as inquietações em cada área. "Em pouco mais de uma semana, vi mais de 500 pessoas", garante.

Sozinho e anônimo, Borio também percorreu locais como o Teatro Nacional e as galerias do Espaço Cultural Renato Russo para colher as primeiras impressões. Ele ainda não tem propostas concretas para os diversos problemas, mas dá dicas de como será o perfil da Secretaria de Cultura nos próximos quatro anos. A construção do Setor Cultural da República na Esplanada dos Ministérios será certamente a bandeira da gestão de Borio.

MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA (MAB)

Em maio de 2001, o MAB foi reaberto ao público depois de mais de três anos com as portas fechadas. A diretoria do museu dizia ter reformado inteiramente o prédio, mas problemas estruturais persistem até hoje. Em períodos de chuva, o público pode esbarrar em poças próximas a quadros e esculturas. O problema é tão grave que há dois anos a Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público entrou com medida cautelar junto ao Tribunal de Justiça pedindo a proteção das 1.100

obras do acervo do MAB, que funciona em antigo anexo do Brasília Palace Hotel e não tem climatização adequada.

"O MAB é o patinho feio da cultura em Brasília e não tem a visibilidade merecida. É tímido e deveria ter participação mais presente do governo." Omar Franco, representante de Artes Plásticas no Conselho de Cultura do DF

RÁDIO CULTURA FM

A Rádio Cultura FM mudou de cara em fevereiro de 2001. O Governo do Distrito Federal (GDF) decidiu que a estação que tinha revelado nomes como Renato Russo e Cássia Eller deveria ter público mais popular. Programas de música independente saíram do ar para dar lugar ao samba e pagode. A Rádio Cultura, que é pública e tinha por tradição dar espaço a músicos excluídos das grandes emissoras, ficou com cara de comercial e a audiência não aumentou. Em 2000, teve média de 1,47%. Em 2002, de 1,1%.

"Brasília é a única cidade do Brasil que tem cinco rádios públicas que não dependem da verba comercial para funcionar. Recebem recursos de órgãos públicos e têm obrigação de fazer programação com músicas que estão fora da mídia." Ruy Godinho, produtor de dois programas extintos com a reforma na Cultura

ESPAÇO CULTURAL

RENATO RUSSO 508 SUL

O Espaço Cultural Renato Russo possui duas galerias, dois espaços abertos de exposição e três salas destinadas a palestras e espetáculos. Mas a movimentação está reduzida desde o final de dezembro último. O

Teatro Galpão tem goteiras que dificultam ensaios e apresentações. A Sala Multiuso, a menor de todas, é subaproveitada e o auditório Marco Antônio Guimarães também tem agenda pouco preenchida. Além disso, o Espaço enfrenta constantes atritos com o Corpo de Bombeiros por não ter alvará de funcionamento há 26 anos. Nas galerias, a situação é um pouco melhor, mas os artistas ainda reclamam do pagamento de taxa de R\$ 500,00 para expor em espaço público. A taxa foi instituída em 2001 pela Secretaria de Cultura e tem como objetivo abastecer o cofre destinado à manutenção.

"Este ano, essa questão do alvará será resolvida." Artur Seabra, diretor do Espaço Cultural Renato Russo

PÓLO DE CINEMA GRANDE OTELLO

Foram apenas dois editais para o Pólo nos últimos quatro anos. Pouco, segundo cineastas da cidade. O último foi realizado em março de 2001 e os premiados ainda aguardam a liberação do dinheiro. Além disso, o estúdio reservado aos premiados fica na periferia de Sobradinho e é vítima de vários descasos: há rachaduras nas paredes, poucas câmeras e ausência de revestimento acústico, fundamental para um estúdio de filmagem. Quando chove, é impossível gravar cenas no interior do prédio.

"Brasília é o quarto pólo de produção do país, mas em investimento não chegamos nem ao 10º lugar. O que a gente quer é um edital anual e investimento das estatais." Rojer Madruga, presidente da Associação Brasileira de Cinema e Vídeo

SALA VILLA-LOBOS DO TEATRO NACIONAL

Em 1999, para utilizar a Sala Villa-Lobos, os artistas deveriam pagar taxa equivalente a 50 vezes o preço do ingresso. No ano seguinte, a secretaria de Cultura instituiu aluguel fixo de R\$ 4,2 mil, em vigor até hoje. Esse valor só pode ser substituído caso 15% do total da bilheteria seja superior à taxa. Produtores reclamaram que a taxa elevada dificultava as montagens e a pauta da Villa-Lobos ficou menos concorrida.

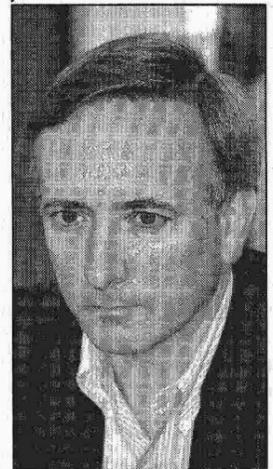
"A taxa só prejudicou a vinda de espetáculos para a cidade porque o preço assusta o mercado." Claudinei Pirelli, produtor

FUNDO DE ARTE E CULTURA (FAC)

O Fundo existe desde 1999 e prevê a captação e aplicação de recursos em projetos de artistas do DF. Desde então, foram aprovados em média 77 projetos ao custo de cerca de R\$ 19 mil cada. O dinheiro vem da arrecadação junto a empresas e da própria Secretaria de Cultura. Os projetos são aprovados pelo Conselho de Cultura, mas a definição da quantidade destinada a cada um fica a cargo do Conselho de Administração do FAC. Aí reside parte do descontentamento da classe artística. Quem decide a quantidade de dinheiro para cada projeto não são os especialistas das áreas e isso pode causar desequilíbrios. Os atrasos são frequentes e os projetos aprovados costumam receber os recursos meses depois de ser montados.

"Os recursos demoram demais para sair e, em alguns casos, pessoas que seriam contempladas acabam desistindo." Omar Franco

Jose Varela



BORIO: PLANEJAMENTO AGRESSIVO E PARCERIAS